



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CCN

Luciana Teixeira da Silva

Empresas maduras parcelam mais? Uma análise das empresas pertencentes a B3 S/A

Florianópolis, SC

2024

Luciana Teixeira da Silva

Empresas maduras parcelam mais? Uma análise das empresas pertencentes a B3 S/A

Trabalho Conclusão do Curso submetido ao curso de Ciências Contábeis do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador(a): Prof.(a) Viviane Theiss, Dr(a)

Coorientador(a): Kátia Dalcerro, Ms(a)

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra

Teixeira da Silva, Luciana
Empresas maduras parcelam mais? Uma análise das
empresas pertencentes a B3 S/A / Luciana Teixeira da Silva
; orientadora, Viviane Theiss, coorientador, Katia
Dalcerro, 2024.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Contábeis,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Parcelamento Fiscal. 3.
Estágios de Ciclo de vida. 4. Modelo Dickinson. I. Theiss,
Viviane . II. Dalcerro, Katia. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Ciências Contábeis. IV. Título.

Luciana Teixeira da Silva

**Empresas maduras parcelam mais? Uma análise das empresas do setor industrial
pertencentes a B3 S/A**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
“Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis

Florianópolis, 24 de junho de 2024.

Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr.
Coordenador do TCC

Banca Examinadora:

Prof.(a), Viviane Theiss, Dr(a).
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Kátia Dalcerro, Ms.(a).
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcelo Machado de Freitas, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha irmã Luana Teixeira da Silva,
minha avó Ana Maria, meu esposo Mario Cesar e minha filha Ana
Maria.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus pela vida que me foi dada e por todas as bênçãos em minha vida. Segundamente gostaria muito de agradecer a uma senhora chamada Ana Maria, que cuidou de mim e me ensinou tudo o que eu sei. Graças a ela estou aqui escrevendo meus agradecimentos em uma monografia.

Quero agradecer a minha irmã Luana, por todo o apoio e companheirismo. Por não ter me deixado desistir, por segurar minha mão todas as vezes que eu precisei.

Quero agradecer a minha filha Aninha, que é a razão do meu viver. É por ela que eu continuo batalhando sempre e querendo ser sempre a minha melhor versão.

Quero agradecer ao meu esposo e companheiro, que esteve sempre ao meu lado me dando todo o suporte que precisei para conseguir chegar até última etapa e por ser o pai maravilhoso que a minha filha merece.

Agradeço todo o apoio e ajuda da minha orientadora, professora Dr^a Viviane Theiss, e da minha coorientadora Ms^a Kátia Dalcerro, que foi fundamental em todo o processo desse estudo. Por todo o suporte e paciência.

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar a relação entre os estágios de ciclo de vida organizacional das empresas listadas na B3 (Brasil Bolsa Balcão) e os parcelamentos tributários durante o período de 2018 a 2023. Foram investigadas uma população de 325 empresas, resultando em uma amostra de 145 empresas com adesão aos parcelamentos tributários. A pesquisa parte da observação de que a alta carga tributária e a complexidade da legislação brasileira frequentemente levam as empresas à inadimplência. Embora os parcelamentos tributários tenham sido adquiridos para diminuir esse problema, observa-se um comportamento negativo, com contribuintes aderindo aos programas de parcelamento, mas não quitando integralmente suas dívidas. Utilizando o modelo de Dickinson (2011), que define cinco fases do ciclo de vida organizacional, e dados das demonstrações financeiras das empresas, a pesquisa classifica as empresas de acordo com seu estágio no ciclo de vida e investiga a relação com os parcelamentos tributários. Foi estimado o modelo de regressão de dados em painel por mínimos quadrados ordinários para verificar a influência dos ciclos de vida no parcelamento tributário. A amostra do estudo compreende as empresas não financeiras listadas na B3 S/A. Os resultados indicam que empresas maiores, com menor rentabilidade apresentam a influência dos estágios de ciclo de vida organizacional e na adesão de parcelamento tributário. As empresas pertencentes aos estágios de introdução, declínio e turbulência apresentam maiores níveis de parcelamento. Estes resultados estão alinhados que na necessidade de financiamento de caixa, utilizando indiretamente os parcelamentos para financiar as atividades empresariais.

Palavras-chave: Parcelamento Fiscal; Estágios de Ciclo de vida; Modelo Dickinson.

ABSTRACT

The objective of this study is to verify the relationship between the organizational life cycle stages of companies listed on B3 (Brasil Bolsa Balcão) and tax installments during the period from 2018 to 2023. A population of 325 companies were investigated, resulting in a sample of 145 companies adhering to tax installments. The research is based on the observation that the high tax burden and the complexity of Brazilian legislation often lead companies to default. Although tax installments were acquired to reduce this problem, negative behavior has been observed, with taxpayers adhering to installment programs, but not fully paying off their debts. Using Dickinson's model (2011), which defines five phases of the organizational life cycle, and data from companies' financial statements, the research classifies companies according to their stage in the life cycle and investigates the relationship with tax installments. The panel data regression model was estimated using ordinary least squares to verify the influence of life cycles on tax installments. The study sample comprises non-financial companies listed on B3 S/A. The results indicate that larger companies with lower profitability show the influence of organizational life cycle stages and adherence to tax installments. Companies belonging to the introduction, decline and turbulence stages have higher levels of installments. These results are in line with the need for cash financing, indirectly using installments to finance business activities.

Keywords: Tax Installment Plans; Life Cycle Stages; Dickinson Model.

LISTA DE SIGLAS

B3	Bolsa de Valores do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVO	Ciclo de Vida Organizacional
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GROWTH	Crescimento da Receita
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
LC	Liquidez Corrente
LEV	Alavancagem Financeira
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PARC	Parcelamento tributário
PERT	Programa Especial de Regularização Tributária
PINTEC	Pesquisa de Inovação
PIS/PASEP	Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
ROA	Retorno sobre Ativos
RRR	Programa de Regularização Tributária Rural
TAM	Tamanho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comportamento dos fluxos de caixa e ciclo de vida proposto por Dickinson	18
Quadro 2 - Modelos de Ciclo de Vida Organizacional	19
Quadro 3 - Variáveis, indicadores e seus tratamentos.....	25
Quadro 4 - Resumo da Hipóteses	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Testes dos pressupostos da regressão	26
Tabela 2 – Média do Montante de parcelamento tributário em reais	28
Tabela 3 - Frequência por ano de estágio de ciclo de vida.....	28
Tabela 4 - Percentual dos estágios de ciclo de vida por ano	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	16
2.2	CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL	17
2.3	ESTUDO ANTERIORES.....	19
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	SELEÇÃO DA AMOSTRA	22
3.2	PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS	23
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	25
3.4	LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS.....	26
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	28
4.1	CORRELAÇÃO DE SPEARMAN	32
4.2	TESTE DAS HIPÓTESES DO ESTUDO.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma carga tributária alta se comparado aos demais países do mundo e uma legislação considerada complexa. Diante do cenário em que os empréstimos bancários e financiamentos oferecidos às empresas, são com altas taxas de juros e com complexidade de adesão, as empresas muitas vezes, não conseguem arcar com as suas obrigações fiscais e ficam inadimplentes, com o sofrimento de sanções que os parcelamentos lhe impõem (Silva, 2016).

Os parcelamentos tributários foram criados para evitar que empresas fechem por estarem inadimplentes e surgem como uma oportunidade para que os donos de empresas consigam se estabelecer, assim, o estado cria esta solução para um problema que o mesmo criou, já que isso é causado pela carga tributária alta (Sakaue; Oliveira, 2012).

Porém os parcelamentos tributários no Brasil, que deveriam fazer com que o governo arrecada parte dos valores devidos de modo a ajudar na regularização do sujeito passivo, geraram um comportamento negativo, em que contribuintes aderem aos programas de parcelamento, pagam as primeiras parcelas, mais deixam de pagar o restante da dívida, o que incentiva ainda mais a inadimplência (Silva Sobrinho, 2018).

A literatura apresenta indícios que as grandes empresas são mais sensíveis politicamente, apresentam incentivos diferenciados para as suas escolhas contábeis, adotam procedimentos que reduzem o lucro e por consequência, tributam mais (Watts; Zimmermann, 1986). Para Bispo *et al.* (2009), em estudo realizado com empresas que divulgam a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), relacionaram a carga tributária, o setor econômico e o tamanho das empresas. Dentre os resultados, demonstram a existência de diferenças de cargas tributárias entre setores econômicos e, em empresas maiores, a carga tributária é maior.

As empresas de grande porte também recebem maiores incentivos fiscais, como investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por exemplo. Teixeira, Vieira e Rapini (2016) demonstraram, por meio de um estudo realizado com empresas de pequeno (até 99 empregados), médio (entre 100 e 499) e grande porte (a partir de 500) de diversos setores presentes na Pesquisa de Inovação (PINTEC), que, entre os anos de 2009 e 2011, as empresas de grande porte obtiveram maiores concentrações de incentivos fiscais ligados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou via lei de informática.

Campagnoni e Ruiz (2020) evidenciam que empresas de capital aberto foram as que mais aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), pagaram mais dividendos aos seus beneficiários e tiveram crescimento no valor de mercado, ambas empresas apresentaram participação em mais de um programa de anistia fiscal ao mesmo tempo.

Diante dos fatos apresentados, o foco deste trabalho é solucionar lacunas ainda presentes na literatura, sobre a discussão entre os tipos de empresas que aderem aos parcelamentos tributários, analisando a variável “tamanho da empresa” a partir dos conceitos da Teoria do Ciclo de Vida Organizacional (CVO), descritos por Dickinson (2011). As modificações das organizações podem ser explicadas pelas fases do ciclo de vida financeiros ou por meio de modelos de ciclo de vida presentes na literatura (Correia *et al.*, 2015).

Victor, Carpio e Vendruscolo (2018) mostram que as empresas maiores possuem maiores endividamentos a longo prazo, e que o endividamento aumenta conforme a empresa passa de estágio e fica mais madura.

Silva (2016) demonstrou por meio de seu estudo a relação das empresas em diferentes ciclos de vida com o seu planejamento tributário, constatando que empresas em estágios mais avançados possuem um maior planejamento tributário em comparação às empresas maduras. Os resultados encontrados evidenciam que empresas nos estágios de maturidade possuem menos planejamento estratégico e possuem uma política de endividamento mais significativa em relação às empresas dos estágios iniciais e avançados.

Para o presente estudo, na análise do ciclo de vida das empresas utilizou-se o modelo de Dickinson (2011), que distingue cinco fases do ciclo de vida organizacional (CVO), sendo estas a introdução crescimento, maturidade, turbulência e declínio. Tal modelo leva em conta diferentes comportamentos (sinais positivos ou negativos) dos componentes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende responder a seguinte questão: Qual a relação entre os estágios de ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários das empresas presentes na B3, no período de 2018 a 2023?

1.1 OBJETIVOS

Neste capítulo é apresentado o objetivo geral que norteia o presente estudo, assim como, os objetivos específicos que esclarecem as etapas da realização do estudo.

1.1.1 **Objetivo geral**

O objetivo do estudo é verificar a relação entre os estágios de ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários das empresas presentes na B3 S/A.

1.1.2 **Objetivos específicos**

- a) Identificar as empresas presentes na B3 S/A com parcelamentos tributários.
- b) Classificar as empresas que possuem parcelamentos, de acordo com o seu estágio de ciclo de vida organizacional.
- c) Analisar a correlação entre os parcelamentos com o estágio do ciclo de vida organizacional.
- d) Verificar a relação entre os estágios de ciclo de vida organizacional e parcelamentos tributários.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa do trabalho está na necessidade de entender a relação entre os parcelamentos tributários e os estágios do ciclo de vida organizacional das empresas, tendo em vista que a carga tributária alta e a complexidade da legislação tributária brasileira tornam difícil para as empresas arcar com suas obrigações fiscais, levando à inadimplência.

Há lacunas na literatura em relação ao estágio do ciclo de vida organizacional na capacidade de adesão aos parcelamentos tributários, ou quais as consequências da adesão aos parcelamentos tributários em diferentes estágios de ciclo de vida na organização. Apesar de haver pesquisas sobre tais assuntos, todos abordam esses tópicos de forma separada.

Ao utilizar o modelo de ciclo de vida organizacional desenvolvido por Dickinson (2011) para analisar o estágio das empresas da B3, pode contribuir para se criar processos de gestão mais eficientes, como adotar uma política de planejamento tributário específico para cada estágio do ciclo.

O estudo também demonstra as diferenças entre os parcelamentos tributários entre os diversos setores das empresas presentes na B3. Inclusive, um comportamento pela adesão aos parcelamentos ao longo dos anos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho apresenta os conceitos e teorias referente ao ciclo de vida organizacional e aos parcelamentos tributários.

Para isso serão abordados os principais modelos teóricos de ciclo de vida organizacional, demonstrando cada uma de suas etapas e quais são os principais tipos de parcelamento tributários disponibilizado atualmente pelo governo, suas principais características e importância.

Com base nessa fundamentação teórica, busca-se compreender a relação entre o ciclo de vida organizacional das empresas e o parcelamento tributário, de forma a contribuir para o entendimento sobre como esses fatores podem afetar o desempenho financeiro e a sobrevivência das organizações.

2.1 PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

No Brasil existem diversos tipos de parcelamentos tributários que variam de acordo com as regras e legislação estabelecidas pelo governo. Destaca-se entre os principais programas de parcelamento como o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR). Para cada um desses parcelamentos há regras específicas para que as empresas possam aderir, prazos e descontos aplicados diretamente nas dívidas fiscais.

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), foi criado em 2000, pela lei nº 9.964/2000. Com o objetivo de facilitar e estimular a regularização de dívidas tributárias das empresas e a recuperação de crédito pelo governo (Brasil, 2020). Desde então já houve diversas reformulações do programa, como o REFIS II, III, IV, V e o último REFIS VI criado em 2017 pela lei nº 13.496, instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (Brasil, 2017).

Criado em 2017 para substituir o REFIS, o PERT possui o mesmo objetivo que o seu antecessor, porém suas principais diferenças são voltadas para regras mais rígidas para sua adesão, exigência de um pagamento mínimo de entrada para parcelamento, abrange débitos de diferentes tributos federais, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, enquanto o Refis tinha foco em débitos previdenciários e fiscais.

Estudo realizado por Lima e Lima (2022), com dados fornecidos pela receita federal, demonstrou por meio de simulações o impacto que os tributos provocam no fluxo de caixa da empresa. O estudo demonstrou por cálculo de reajuste com base na taxa Selic quanto as empresas pagariam de tributos se recolhessem no calendário estabelecido e quanto pagaram através dos parcelamentos tributários. Com o resultado do estudo foi possível verificar que se as empresas tivessem pagado os tributos dentro das datas estabelecidas sem atrasos, estariam pagando um valor superior ao valor que pagaram parcelando tais tributos.

Em complemento, foi evidenciado pelo estudo que a política de parcelamentos ofertada pelos governos é um incentivo para a sonegação fiscal, já que o oferece mais benefícios quando se deixa de pagar o tributo no seu vencimento, amortização dos juros e multas. E permite que as empresas possam parcelar em várias vezes, o que possibilita à empresa um fluxo de caixa positivo podendo investir e obter retorno financeiro (Lima; Lima, 2022).

2.2 CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL

A literatura tem apresentado o tema ciclo de vida das organizações, para responder diversas questões e/ou formular teorias em relação às empresas. Todas as organizações passam por estágios de desenvolvimento, denominados de ciclo de vida, independente do seu tamanho (Klann *et al*, 2012). Segundo Adizes (1990), as empresas são como organismos vivos, que começam com o nascimento e termina com a morte. O autor esclarece que tal tema busca em demonstrar as variações de características organizacionais no decorrer de tempo nas organizações. Para o presente estudo, destaca-se as fases do ciclo de vida descritos por Dickinson (2011).

Dickinson (2011) explorou a relação entre os padrões de fluxo de caixa de uma empresa e seu ciclo de vida organizacional. Ela explica que empresas passam por diferentes estágios em seu ciclo de vida e estes podem ser identificados por meio das mudanças nos padrões de fluxo de caixa. Ao analisar dados de empresas americanas, a autora verificou que empresas em diferentes estágios do ciclo de vida apresentam padrões de fluxo de caixa distintos. Por exemplo, empresas em estágios iniciais do ciclo de vida geralmente têm fluxos de caixa negativos, enquanto empresas em estágios de maturidade têm fluxos de caixa mais estáveis e positivos.

Com base em seu estudo Dickinson (2011) apresenta-se uma *proxy* em que os padrões de fluxo de caixa são utilizados para identificar em que estágio do ciclo de vida organizacional uma empresa está. Ela utiliza como base os sinais dos fluxos de caixa das atividades operacionais, investimento e financeiro, correspondendo a combinação do sinal desses fluxos a um estágio de ciclo de vida organizacional.

Na sequência apresenta-se o Quadro 1, com a exemplificação do comportamento dos fluxos de caixa conforme cada fase do ciclo de vida organizacional.

Quadro 1 - Comportamento dos fluxos de caixa e ciclo de vida proposto por Dickinson

Fluxo e caixa	Introdução	Crescimento	Maturidade	Turbulência			Declínio	
Operacional	-	+	+	-	+	+	-	-
Investimento	-	-	-	-	+	+	+	+
Financiamento	+	+	-	-	+	-	+	-

Fonte: Adaptado Dickinson (2011) e Victor, Carpio e Vendruscolo (2018).

De acordo com o Quadro 1 e com base no estudo de Dickinson (2011):

- e) No estágio de Introdução, as empresas enfrentam diversos desafios, como a construção de uma base de clientes e ter uma marca reconhecida no mercado. Com isso essa fase é caracterizada por fluxo de caixa operacional negativo devido às poucas vendas, grandes investimentos em pesquisas e desenvolvimento sendo necessário, em grande parte, investimentos de capital de risco para financiar suas atividades.
- f) Crescimento é um momento em que a empresa começa a ver um crescimento significativo em suas vendas e receitas, gerando fluxo de caixa positivo. É um período de expansão e diversificação, mas também pode ser um momento de desafios e necessidade de financiamento adicional.
- g) Maturidade significa que a empresa alcançou uma estabilidade financeira e operacional, com fluxo de caixa positivo. Seu crescimento é mais lento e estável, possuindo uma base mais sólida de clientes.
- h) Turbulência ou fase de ajustes, ocorre quando a quantidade de produção começa a diminuir. Há um declínio nas taxas de crescimento, dos preços e as rotinas da empresa dificultam a flexibilidade competitivas.
- i) O Declínio caracteriza-se por um declínio gradual nos fluxos de caixa da empresa, devido à queda nas vendas por diversos fatores como, obsolescência de produtos. As

empresas caracterizadas neste estágio podem ter dificuldade de pagar suas dívidas, recorrendo a empréstimos de curto prazo.

Embora este estudo utilize o modelo de Dickinson (2011) para classificar os estágios do ciclo de vida organizacional, é importante mencionar que existem outras metodologias reconhecidas na literatura para mensurar esses ciclos. Modelos como os de Adizes (1990) e Lester, Parnell e Carraher (2003) também são amplamente utilizados e oferecem perspectivas diferentes sobre as fases de desenvolvimento das organizações. Estas alternativas metodológicas são relevantes e podem influenciar os resultados e interpretações dos estudos sobre ciclo de vida organizacional. No Quadro 2 é demonstrado cada modelo, sua ferramenta de mensuração e como é analisado e dividido cada ciclo.

Quadro 2 - Modelos de Ciclo de Vida Organizacional

Modelo	Ferramenta de Mensuração	Descrição
Dickinson (2011)	Declaração de Fluxo de Caixa (DFC)	Análise dos fluxos de caixa operacionais, investimentos e financiamentos para identificar estágios. O ciclo é dividido em 5 fases: Introdução, Crescimento, maturidade e Declínio.
Adizes (1990)	Avaliação qualitativa e características organizacionais	Observação de mudanças na estrutura, cultura, estilo de liderança e problemas organizacionais. O ciclo é dividido em 8 fases: Cortejamento, Infância, Adolescência, Plenitude, Aristocracia, Burocracia, Funeral e Recristalização.
Lester, Parnell e Carraher (2003)	Análise de variáveis organizacionais (tamanho da empresa, estrutura organizacional, processamento de informações e tomada de decisão)	Identificação dos estágios através de uma análise abrangente de variáveis organizacionais. O ciclo é dividido em 5 fases: Nascimento, Crescimento, Maturidade, Rejuvenescimento e Declínio. O modelo leva em consideração diversos elementos organizacionais e é aplicável a organizações de diferentes portes e contextos.

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

No capítulo a seguir, apresenta-se estudos correlatos que abordaram sobre ciclo de vida, derivados do modelo de Dickinson (2011) e relacionados com a carga tributária no contexto brasileiro.

2.3 ESTUDO ANTERIORES

Klann *et al.* (2012) analisaram empresas a relação entre os estágios do ciclo de vida organizacional e o processo de planejamento em empresas metalúrgicas de Brusque/SC, no qual investigou que empresas em estágios de maturidade e rejuvenescimento possuíam uma maior estruturação em seu planejamento e empresas em declínio utilizavam menos artefatos de

planejamento, demonstrando assim, que a efetiva utilização de um planejamento pode auxiliar as empresas a avançarem em seus ciclos de vida.

Silva e Rezende (2017) demonstraram a relação entre o ciclo de vida organizacional de uma empresa e seu planejamento tributário. Os autores evidenciaram que empresas em estágios iniciais ou mais avançados possuem um planejamento tributário maior que as empresas em estágio de maturidade, pagando menos tributos.

Lima, Wilbert e Serrano (2017) analisaram o parcelamento de tributos federais pode ser considerado uma forma de financiamento indireto para empresas, com impacto significativo na estrutura de capital e desempenho econômico. Eles destacam que, embora o parcelamento possa oferecer vantagens em relação à captação no mercado financeiro, é crucial considerar o momento oportuno para evitar impactos negativos nos indicadores financeiros no curto prazo.

Estudo realizado por Victor *et al.* (2018), com companhia de capital aberto com ações negociadas na B3, constatou que o ciclo de vida organizacional desta companhia está relacionado com a sua estrutura de capital. Ficou evidenciado pelo estudo que empresas classificadas nas fases iniciais desse ciclo possuem maiores endividamentos devido a necessidade de investimentos para o seu empreendimento. Em contrapartida, empresas mais maduras possuem probabilidades menores de endividamento.

Em um outro estudo realizado por Marques *et al.* (2022), foi investigado a relação entre agressividade tributária, estágios do ciclo de vida das empresas e nível de investimentos em empresas brasileiras listadas na B3. Utilizando dados trimestrais de 2012 a 2020 de 270 empresas, os pesquisadores encontraram uma associação positiva entre agressividade tributária e nível de investimentos, embora os benefícios ocorram em períodos posteriores. Além disso, descobriram que os estágios do ciclo de vida organizacional moderam essa relação, com empresas nos estágios de Crescimento, Turbulência e Declínio beneficiando-se mais da agressividade tributária.

Em um estudo realizado por Bonetti, Theiss e Dalcerro (2023), em empresas brasileiras pertencentes a B3 no período de 2018 a 2022, evidenciou que os parcelamentos tributários são uma forma eficaz de financiamento que contribui positivamente para a rentabilidade e geração de caixa futura para as empresas. O estudo demonstrou que para cada R\$ 1,00 de parcelamento tributário realizado, há um aumento de 7,8% na rentabilidade futura da empresa medida pelo ROA, indicando que as empresas utilizam os parcelamentos como uma forma de financiamento indireto que resulta em benefícios econômicos.

Não foi localizado estudos que relacionassem o parcelamento tributário e o ciclo de vida organizacional, com base no estudo anterior de tal modo supõe-se:

H1: Empresas pertencentes ao estágio de introdução tem menor índice de parcelamento tributário.

H2: Empresas pertencentes ao estágio de turbulência e declínio tem maior índice de parcelamento tributário.

3 METODOLOGIA

O presente estudo visa verificar a relação entre os estágios de ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários, para tanto o presente estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental é definida como uma metodologia que se concentra na análise de documentos escritos ou impressos com o propósito de extrair informações relevantes sobre um tema específico. Este tipo de pesquisa é notável pelo seu uso de fontes primárias, como livros, artigos, relatórios e documentos oficiais, diferenciando-se da pesquisa bibliográfica pela sua abordagem direta às fontes primárias e pela profundidade da análise documental.

Vergara (1998) define a pesquisa descritiva como um tipo de estudo que expõe as características de uma população ou fenômeno em questão, podendo ainda estabelecer correlações entre variáveis e identificar sua natureza. Embora não seja sua principal função, essa abordagem pode fornecer uma base sólida para futuras explanações dos fenômenos observados.

De acordo com Rodrigues, Oliveira e Santos (2021), a pesquisa quantitativa é caracterizada por sua abordagem objetiva e experimental, utilizando dados analisados por técnicas estatísticas. Essa abordagem resulta em uma estrutura rígida e fixa para a elaboração de pesquisas, validando o conhecimento científico por meio dos resultados obtidos, que servirão de base para futuras discussões sobre o tema.

Essa classificação é apropriada e fundamentada em sua natureza, objetivos e metodologia.

3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A população deste estudo abrange todas as empresas listadas na B3 S/A durante o período de 2018 a 2023. A definição dessa amostra considera uma variedade de fatores cruciais para a análise proposta. Inicialmente, o período escolhido possibilita a análise de um intervalo de tempo amplo o bastante para identificar tendências e transformações relevantes no mercado de capitais brasileiro. Durante esses anos, a B3 passou por diversas mudanças significativas, incluindo fusões, aquisições e novos IPOs (Ofertas Públicas Iniciais), refletindo a evolução e

as tendências do mercado. Ao abranger todas as empresas listadas na B3, este estudo oferece uma panorâmica abrangente e vital do cenário corporativo brasileiro. Essa abordagem ampla possibilita uma análise minuciosa e aplicável dos dados, gerando resultados que não apenas revelam, mas também influenciam o comportamento e o desempenho das empresas em uma variedade de contextos econômicos e de mercado.

A escolha das empresas seguiu critérios específicos para garantir a relevância e a representatividade dos dados:

1. Empresas que possuíam informações completas sobre parcelamentos tributários.
2. Empresas de capital aberto demonstrações contábeis disponíveis na plataforma Economática e na B3.

Devido ao fato de serem empresas de capital aberto, são obrigadas a divulgar regularmente suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP). A presença dessas informações financeiras detalhadas e padronizadas é fundamental para a realização de uma análise robusta e confiável, possibilitando resultados de grande profundidade e precisão. As DFPs fornecem uma base consistente de dados financeiros que pode ser utilizada para calcular diversos indicadores de desempenho e realizar comparações ao longo do tempo e entre diferentes setores.

Esses critérios permitiram a construção de uma amostra robusta de 145 empresas, em diferentes estágios do ciclo de vida organizacional.

3.2 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

As demonstrações contábeis das empresas foram obtidas das bases de dados da Economática e da Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Esses documentos forneceram informações detalhadas sobre as práticas financeiras e tributárias das empresas.

Dados específicos sobre parcelamentos tributários foram coletados diretamente dos relatórios financeiros e das notas explicativas disponibilizadas pelas empresas no site da B3 e no software da Economática.

Foram coletados valores das variáveis de controle tamanho da empresa (LN do ativo), Alavancagem financeira, Retorno sobre Ativos (ROA), Índice de Liquidez Corrente e Crescimento da Receita (Growth). Com base nos estudos de Baker e Cullen (1993) atribuem um papel central ao tamanho da empresa como uma variável que pode ser usada para compreender o ciclo de vida organizacional. O estudo defende que a adaptabilidade e o desempenho são influenciados pelo tamanho da empresa, que também pode desempenhar um

papel importante na definição do seu estágio de evolução. Assim, os investigadores podem obter informações essenciais sobre os padrões e fases do desenvolvimento organizacional ao longo do tempo, incluindo o tamanho da organização como uma variável na investigação do ciclo de vida organizacional. Portanto, incorporar o tamanho da empresa como variável em estudos pode fornecer perspectivas valiosas sobre sua dinâmica organizacional e desenvolvimento ao longo do tempo.

De acordo com um estudo realizado por Lester, Parnell e Carraher (2003), o ROA emerge como uma variável significativa a ser estudada em conjunto com o ciclo de vida das empresas. Os resultados indicaram que as empresas apresentavam um ROA maior nas fases de crescimento e maturidade, enquanto nas fases de arranque e declínio o ROA tendia a ser menor. Essa descoberta ressalta a importância de considerar o desempenho financeiro, representado pelo ROA, ao analisar a evolução das empresas ao longo do tempo e em diferentes estágios do ciclo de vida organizacional. Lester, Parnell e Carraher (2003), também relacionam o ciclo de vida da empresa e o seu endividamento e demonstram que empresas em diferentes estágios apresentam níveis de endividamento variados. Em empresas em estágios iniciais devido ao investimento em ativos e infraestrutura o índice de endividamento tende a ser maior, já na medida em que amadurecem e têm o seu crescimento consolidado elas podem ter o seu índice de endividamento reduzido para manter sua estabilidade financeira.

Silva et al. (2024) analisaram a variação da liquidez corrente entre diferentes estágios do ciclo de vida organizacional das empresas de consumo cíclico. Constatou-se que empresas no estágio de nascimento possuem baixa liquidez corrente inicial, que aumenta à medida que amadurecem. Empresas em crescimento mantêm uma liquidez corrente estável, enquanto empresas maduras experimentam flutuações devido a crises. Empresas em turbulência mostram alta liquidez corrente durante crises, que diminui posteriormente, e empresas em declínio apresentam liquidez corrente instável ao longo do tempo.

De acordo com Lester, Parnell e Carraher (2003), a relação entre os estágios do ciclo de vida organizacional e o crescimento da receita é clara. No estágio inicial, a empresa muitas vezes enfrenta uma fase de investimentos arriscados e captação de novos clientes, o que pode resultar em uma receita inicialmente baixa. À medida que avança para o estágio de crescimento, há um aumento na receita, impulsionado pela expansão do mercado e pela conquista de uma base de clientes maior. No entanto, ao atingir a maturidade, o crescimento da receita pode estabilizar devido à saturação do mercado e à concorrência. E por fim, no estágio de declínio,

a receita tende a diminuir à medida que a empresa enfrenta desafios que podem exigir estratégias de reestruturação ou sua saída do mercado.

em relação a classificação dos Estágios do Ciclo de Vida, as empresas foram classificadas em diferentes estágios do ciclo de vida (introdução, crescimento, maturidade, turbulência e declínio) com base em nas demonstrações de fluxo de caixa coletadas pelo Software Econômica e através do site da B3. Foram extraídos sinais positivos (+) e negativos (-) dos fluxos operacionais, investimento e financiamento. A classificação seguiu a metodologia proposta por Dickinson (2011), que utiliza padrões de fluxos de caixa para determinar o estágio de vida da empresa.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi estruturada em duas etapas principais. Na primeira etapa, foi realizada uma análise descritiva, onde se descreveu as características da amostra, incluindo a distribuição das empresas por estágio do ciclo de vida e os índices de parcelamento tributário, além de calcular estatísticas descritivas para as principais variáveis financeiras. Na segunda etapa, foi conduzida uma análise de regressão para testar hipóteses e verificar a relação entre os estágios do ciclo de vida e o uso de parcelamento tributário, interpretando os coeficientes de regressão para entender o impacto de cada estágio do ciclo de vida sobre a probabilidade de a empresa recorrer ao parcelamento tributário.

Neste contexto, o Quadro 3 apresenta as variáveis estudadas, indicadores e o tratamento empregado para a análise dos dados.

Quadro 3 - Variáveis, indicadores e seus tratamentos

Variável	Indicador	Tratamento	Fonte
Parcelament o Tributário	Valor do parcelamento.	Análise do Balanço Patrimonial (conta contábil parcelamento tributário) e notas explicativas (Itens não demonstrados no balanço patrimonial).	Economática; Site da Brasil, Bolsa e Balcão.
Ciclo de vida	Cinco estágios de ciclo de vida das empresas	Introdução, crescimento, maturidade, turbulência e declínio, a partir de sinais positivos e negativos da DFC das empresas.	Dickinson (2011)
Variáveis de Controle	Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do ativo	Baker e Cullen (1993); Lima, Wilbert e Serrano (2017).
	Retorno sobre Ativos (ROA)	Lucro líquido/Ativo total	Lester, Parnell e Carraher (2003).
	Alavancagem financeira (LEV)	$ALAV = \frac{Passivo\ Oneroso}{Ativo\ Total}$	Lester, Parnell e Carraher (2003).

	Índice de Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Silva et al. (2024)
	Crescimento da Receita (Growth)	$Growth = \frac{(Receita\ Liquida_t - Receita\ Liquida_{t-1})}{Receita\ Liquida_{t-1}}$	Lester, Parnell e Carraher (2003).

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Foi utilizado o modelo de regressão abaixo para efetuar o teste das hipóteses:

$$PARC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CICLO_{i,t} + \beta_2 TAM_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 LEV_{i,t} + \beta_5 LC_{i,t} + \beta_6 Growth_{i,t} + \beta_7 ANO_t + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Para a análise dos resultados, iniciou-se com a aplicação da estatística descritiva, a partir de informações como média, desvio padrão, mínimo e máximo. Na sequência, aplicou-se correlações Spearman entre as variáveis estudadas e pode fim, o modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com erros-padrões robustos e dados organizados no formato de painel. Em complemento, foram efetuados o teste de Shapiro-Francia para verificar a normalidade dos dados. O teste de Breusch-Pagan para verificar problemas de heterocedasticidade e vif para verificar possíveis problemas de multicolinearidade as variáveis (Fávero; Belfiori, 2017).

Para melhor esclarecimento elaborou-se a Tabela 1 com as informações dos testes de pressupostos da regressão.

Tabela 1 - Testes dos pressupostos da regressão

Descrição	Teste	p-valor
Normalidade dos Resíduos	<i>Shapiro-Francia</i>	0,00018
Heterocedasticidade	<i>Breusch-Pagan</i>	0,0001
Multicolinearidade	<i>Vif</i>	1,46

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

3.4 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Apesar dos cuidados metodológicos, algumas limitações devem ser reconhecidas. A qualidade e a completude dos dados financeiros dependem das informações disponibilizadas pelas empresas na Economatica e na B3. Empresas que não divulgaram informações completas

ou padronizadas foram excluídas da amostra, o que pode influenciar a representatividade dos resultados. Além disso, o período de análise inclui a pandemia de COVID-19, que impactou significativamente a economia global e pode ter afetado o comportamento das empresas de maneiras não previstas inicialmente. Foi utilizado apenas um modelo para classificar as empresas no seu ciclo de vida, limitando a uma única análise de ciclo de vida.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para o primeiro objetivo específico deste estudo, que visa identificar as empresas presentes na B3 S/A com parcelamentos tributários no período de 2018 a 2023. Inicialmente foram excluídas as empresas pertencentes ao setor financeiro, por apresentar regulação e particularidades específicas em suas demonstrações contábeis.

A Tabela 2 apresenta a média do montante em reais de parcelamento apresentado pelas empresas ao longo do período analisado.

Tabela 2 – Média do montante de parcelamento tributário em reais.

Ano	Total
2018	97.018,22
2019	88.754,52
2020	103.139,40
2021	101.363,05
2022	104.516,77
2023	84.738,39

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Para responder ao objetivo específico de classificar as empresas que possuem parcelamentos, de acordo com o seu estágio de ciclo de vida organizacional. Elaborou-se a Tabela 3, que apresenta a distribuição de frequência dos estágios de ciclo de vida, durante os anos, com base no modelo Dickinson (2011) e na amostra do presente estudo.

Tabela 3 - Frequência por ano de estágio de ciclo de vida

Ano	Introdução	Crescimento	Maturidade	Turbulência	Declínio	Total
2018	16	40	57	14	9	136
2019	12	33	68	11	5	129
2020	18	59	48	12	6	143
2021	29	47	45	13	9	143
2022	14	48	64	10	9	145
2023	12	29	75	11	7	134

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os estágios de crescimento e maturidade compõem a maior proporção da amostra, evidenciando que a maioria dessas empresas listadas na B3 S/A e que apresentam parcelamento tributário estão passando por estas fases. Esses estágios são caracterizados pelo aumento do mercado e da lucratividade, conforme esclarece Dickinson (2011).

Nos estágios de introdução, turbulência e declínio apresentaram proporções similares na amostra. Chama a atenção para a fase de introdução, o ano de 2021, no qual apresentou um aumento de empresas nessa fase, com emprego de parcelamentos tributários. Período este influenciado pela pandemia do Covid 19.

Em complemento, a Tabela 4 mostra os percentuais de cada estágio do ciclo de vida das empresas em cada ano, facilitando a visualização dessas proporções.

Tabela 4 - Percentual dos estágios de ciclo de vida por ano

Ano	Introdução	Crescimento	Maturidade	Turbulência	Declínio	Total
2018	11,76%	29,41%	41,91%	10,29%	6,62%	100%
2019	9,30%	25,58%	52,71%	8,53%	3,88%	100%
2020	12,59%	41,26%	33,57%	8,39%	4,20%	100%
2021	20,28%	32,87%	31,47%	9,09%	6,29%	100%
2022	9,66%	33,10%	44,14%	6,90%	6,21%	100%
2023	8,96%	21,64%	55,97%	8,21%	5,22%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O estágio de introdução mostra uma flutuação considerável ao longo dos anos. Houve uma queda no percentual de 2018 para 2019 saindo de 11,76% para 9,30% indicando que houve uma redução no percentual de entrada de novas empresas no mercado ou de lançamento de novos produtos no período. Já de 2019 para 2020 observa-se um aumento no percentual desses estágios, aumentando de 9,30% para 12,59%, sugerindo uma recuperação ou um maior interesse em novas iniciativas empresariais ou lançamentos de novos produtos em 2020. Isso pode ser atribuído a mudanças econômicas, políticas de incentivo ou novas oportunidades de mercado surgidas nesse ano. O aumento mais significativo se deu no período de 2020 para 2021, saindo de 12,59% para 20,28%. Se comparado ao início do período houve um aumento de 72,45%, demonstrando um significativo aumento na entrada de novas empresas ou lançamento de novos produtos no mercado. Isso pode estar relacionado ao cenário atípico ocasionado pela COVID-19 onde muitas empresas podem ter visto novas oportunidades ou a necessidade de inovar rapidamente.

Em 2021 a 2023 houve quedas nos percentuais desse estágio, de 2021 a 2022 queda para 9,66% e de 2022 a 2023 queda para 8,96%. De 2022 a 2023 ocorreu a queda mais significativa no período, indicando uma desaceleração na introdução de novas empresas ou produtos no mercado. Se comparado a 2021 que teve o maior percentual, houve uma redução de 55,82% em 2023, onde muitas empresas podem ter visto novas oportunidades ou a

necessidade de inovar rapidamente. O percentual de empresas no estágio de Crescimento foi de 29,41% em 2018 e 25,58% em 2019, essa leve diminuição pode indicar uma pequena desaceleração no ritmo de expansão das empresas ocasionado por diversos fatores: condições econômicas adversas, desafios no mercado, ou empresas atingindo um ponto de saturação temporária. Em 2020, subiu significativamente para 41,26%, atingindo seu maior percentual no período estudado. Esse aumento significativo sugere uma expansão, consideravelmente acelerada pelas empresas, de suas operações e isso se deve a alguns fatores, como: novas oportunidades de mercado, inovações tecnológicas, ou uma recuperação econômica que favoreceu a expansão empresarial.

Em 2023 ocorreu o menor percentual desse estágio 21,64% e se comparado ao ano com o maior percentual, houve uma redução de 47,55%, caindo quase pela metade. Essa redução indica uma desaceleração significativa no ritmo de expansão das empresas. Este dado reflete possíveis desafios econômicos, saturação de mercado, competitividade elevada ou outras barreiras que as empresas enfrentaram para manter seu crescimento, seja devido a condições econômicas adversas, saturação de mercado, ou mudanças na demanda do consumidor.

O percentual de empresas no estágio de Maturidade foi de 41,91% em 2018, subindo consistentemente para 52,71% em 2019, demonstrando um aumento na estabilidade dessas empresas. Em 2020, caiu para 33,57%, isso pode ser explicado devido as condições atípicas enfrentadas pelo mercado devido a COVID-19, já que no ano seguinte 2021 houve outra redução passando para 31,47%, sugerindo que as empresas enfrentaram dificuldades para manter o seu crescimento e sua estabilidade. Já em 2022 e 2023 houve aumentos expressivos nesses percentuais sugerindo uma resposta positiva das empresas aos desafios enfrentados nos anos anteriores, bem como possíveis fatores externos ou internos que impulsionaram essa recuperação. Isso indica uma capacidade de adaptação e resiliência das empresas em face de mudanças no ambiente de negócios.

O estágio de turbulência apresenta uma tendência de queda ao longo dos anos, tem o seu menor percentual 6,90% em 2022, demonstrando que nesse período as empresas investiram em medidas para melhorar sua resiliência e capacidade de lidar com turbulências no ambiente empresarial. Isso pode incluir diversificação de produtos, expansão para novos mercados, fortalecimento das relações com clientes e fornecedores, entre outros. Porém em 2023 houve um aumento desse percentual chegando a 8,21%, não sendo o maior percentual no período, mas sendo um dos mais significativos pois vem após uma queda considerável, demonstrando a

importância de monitorar de perto o ambiente empresarial e estar preparado para ajustar as estratégias conforme necessário.

Por último o estágio de declínio que apresentou o percentual de 6,62% em 2018, diminuindo para 3,88% em 2019 e subindo levemente para 4,20% em 2020. Em 2021, aumentou para 6,29%, seguido por uma leve queda para 6,21% em 2022 e 5,22% em 2023. Esse estágio apresentou flutuações em seus percentuais, sem uma tendência clara de aumento ou diminuição ao longo dos anos, sugerindo que há uma estabilidade relativa no número de empresas nesse estágio, onde embora algumas empresas entrem nesse estágio devido a diversos fatores, como obsolescência de produtos, perda de participação de mercado ou problemas de gestão, outras conseguem se recuperar ou novas empresas ocupam seu lugar. Pode indicar também resistência à recuperação ou ao declínio contínuo, onde as empresas podem estar enfrentando desafios para se recuperar ou continuar a declinar. Algumas empresas podem estar lutando para se adaptar às mudanças no mercado ou para revitalizar seus negócios, enquanto outras podem estar mantendo-se à tona apesar de um ambiente desfavorável.

A Tabela 4 mostra a estatística descritiva realizadas para cada fase do ciclo de vida, com destaque para as informações de média e desvio padrão, das empresas da amostra no período de 2018 a 2023 em relação as duas principais variáveis de controle: Tamanho e Rentabilidade.

De acordo com a Tabela 4, o estágio de introdução possui uma média em todo o período de 16,83%, com um desvio padrão de 6,40%. Isso significa que há alguma variabilidade no estágio de introdução, uma vez que é um momento para as empresas começarem a operar, mas a média é relativamente baixa proporção do ciclo de vida empresarial. O crescimento médio para o estágio é o maior, a 42,67%, com um desvio padrão de 10,97%. Este resultado significa que há uma variabilidade significativamente maior para o estágio de crescimento do que para o de introdução, mas o valor ainda é uma fração significativa do ciclo de vida empresarial em todo o período.

O estágio de maturidade possui uma média de 59,50% e um desvio padrão de 11,67% indicando ser o mais estável em decorrência da média ao longo do período. As empresas tendem a permanecer por um período maior nesse estágio.

A fase de turbulência com uma média de 11,83% e um desvio padrão de 1,47% demonstra uma variabilidade relativamente baixa em comparação aos estágios de crescimento e maturidade. Isso se deve ao fato de as empresas estarem se adaptando a mudanças.

O declínio apresentou a menor média entre os estágios de ciclo de vida, com 7,50% e um desvio padrão de 1,76% demonstra uma variabilidade moderada ao longo do período, indicando que algumas empresas passam por esse estágio com pouca flutuação.

4.1 CORRELAÇÃO DE SPEARMAN

Para a análise da correlação entre os parcelamentos com o estágio do ciclo de vida organizacional, realizou-se a aplicação da correlação de Spearman. A Tabela 5 fornece uma visão detalhada sobre a relação entre várias variáveis financeiras e operacionais das empresas analisadas. Os valores obtidos de correlação são estabelecidos com base em uma significância de 5% ($p < 0,05$).

Tabela 5 - Matriz de Correlação de Spearman

	PARC	CICLO	TAM	ROA	LEV	LC	GROWTH
PARC	1,0000						
CICLO	0,0351*	1,0000					
TAM	0,1983*	-0,1530*	1,0000				
ROA	-0,1865*	-0,1326*	0,0636*	1,0000			
LEV	0,1772*	-0,2611*	0,2747*	-0,1605*	1,0000		
LC	-0,2611*	-0,2275*	0,1930*	0,4029*	-0,1013*	1,0000	
GROWTH	0,0070	-0,1809*	-0,0093	0,1427*	0,1174*	0,0595*	1,0000

Legenda: PARC – Parcelamento tributário; CICLO – Ciclo de vida; TAM – Tamanho; ROA - Retorno sobre Ativos; LEV – Alavancagem financeira. LC – Índice de liquidez corrente; GROWTH - Crescimento da Receita.

Nota: *significância de 5%.

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base no teste realizado a varável parcelamento tributário (PARC) em relação ao ciclo de vida (CICLO), apresentou uma correlação positiva significativa (0,0351), indicando uma relação entre o ciclo de vida das empresas e a adoção de parcelamentos tributários. Aspecto que pode indicar, que empresas em diferentes estágios de ciclo de vida tendem a adotar parcelamentos tributários com diferentes frequências.

Ao correlacionar o parcelamento com o tamanho das empresas (TAM), a correlação indica como sendo positiva, significativa e moderada (0,1983). Este aspecto sugere que conforme as empresas aderem ao parcelamento tributário, ocorre também um aumento no seu tamanho. Isso pode indicar que empresas que optam por parcelar suas obrigações tributárias tendem a ser empresas maiores em termos de tamanho, faturamento ou número de funcionários. No estudo de Marinho e Machado (2023), ao investigar o impacto do parcelamento tributário na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas, concluiu que empresas maiores tendem

a uma maior agressividade fiscal, sugerindo que essas empresas são mais adeptas a parcelamentos tributários.

Ao analisar a correlação entre parcelamento tributário e rentabilidade dos ativos (ROA), verificou-se uma correlação negativa, porém significativa (-1865). Sugere-se que empresas que optam por parcelar suas obrigações tributárias tendem a ter um retorno sobre os ativos mais baixo. Isso demonstra que o parcelamento tributário pode afetar negativamente a capacidade da empresa de gerar lucros em relação aos ativos que possui.

Com base no estudo conduzido por Marinho e Machado (2023), que investigou o impacto do parcelamento tributário na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas, verifica-se uma correlação negativa significativa entre a adesão ao programa de parcelamento e a rentabilidade dos ativos (ROA). Esta descoberta é congruente com os resultados encontrados em minha própria pesquisa, reforçando a evidência de que empresas que optam por parcelar suas obrigações tributárias podem enfrentar uma diminuição na capacidade de gerar lucros em relação aos ativos que possuem.

Na correlação entre parcelamento e alavancagem financeira (LEV), a correlação demonstrou-se significativa e positiva em (0,1772), evidenciando que existe uma relação entre a escolha de parcelar obrigações tributárias e a dependência de recursos financeiros externos pela empresa. Isso indica que empresas que optam pelo parcelamento tributário tendem a ter níveis mais elevados de alavancagem financeira, o que pode refletir uma estratégia para gerenciar fluxos de caixa e financiar suas operações, ou seja, essa correlação indica que o parcelamento tributário pode influenciar a estrutura de capital da empresa, aumentando sua alavancagem financeira.

O estudo realizado por Viana, Campagnoni e Esteves (2023), analisou 344 companhias de capital aberto listadas na B3, que aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e demonstrou que empresas com maiores níveis de alavancagem financeira (ou endividamento) são mais propensas a aderir ao parcelamento tributário corroborando com os dados obtidos nessa pesquisa.

Na correlação entre parcelamento e liquidez corrente (LC), destacou-se um coeficiente de correlação negativo, moderado e significativo (-0,2611), evidenciando que embora o parcelamento tributário possa fornecer um alívio financeiro de curto prazo às empresas, pode também afetar a liquidez corrente impactando de forma negativa a sua capacidade de cumprir compromissos financeiros de curto prazo. Constata-se que empresas com pouca liquidez optam por parcelar seus tributos por não terem caixa para quitar esse compromisso. Os dados obtidos

dessa correlação são corroborados pelo estudo realizado por Pereira, Borges e Rech (2024), que empresas com maiores índices de liquidez corrente que aderiram ao parcelamento tributário tiveram esses índices reduzidos e mostraram um impacto negativo à adesão.

Quando correlacionado o parcelamento com o crescimento (GROWTH), o coeficiente chegou próximo a zero, indicando que o crescimento da empresa não tem uma relação significativa com a adesão aos parcelamentos tributários.

Entre relações consideráveis, destaca-se a correlação entre ciclo de vida (CICLO) e tamanho (TAM), com um coeficiente moderado, negativo e significativo, indicando que empresas maiores tendem a apresentar um ciclo de negócio mais curto. Isso pode indicar maior eficiência operacional ou flexibilidade financeira dessas empresas, que podem se adaptar mais rapidamente às mudanças no ambiente de negócios e explorar oportunidades de crescimento de forma mais ágil. De acordo com o estudo de Costa et al. (2017), embora não tenha sido diretamente abordado a relação entre tamanho da empresa e estágio do ciclo de vida, a descoberta de um brilho negativo entre o tamanho da empresa (TAM) e o estágio do ciclo de vida está alinhado com a noção de que as empresas tendem a estar em estágios mais avançados maiores do ciclo de vida. Essa observação ressoa com os resultados encontrados neste estudo, que também acordos uma associação entre o tamanho da empresa e o estágio do ciclo de vida

Aspecto este que colabora com a correlação de ciclo de vida com as variáveis de rentabilidade (ROA), alavancagem (LEV) e liquidez corrente (LC), no qual demonstra correlação negativa e significativa. Outros destaques vão para as correlações entre tamanho (TAM), que correlacionou de forma positiva e significativa com rentabilidade, alavancagem e liquidez corrente. Para a rentabilidade (ROA) e liquidez corrente (LC), ao demonstrar uma correlação positiva e significativa, indicando que empresas com uma maior rentabilidade tendem a possuir uma liquidez corrente alta.

4.2 TESTE DAS HIPÓTESES DO ESTUDO

A Tabela 6 apresenta os resultados referente aos testes de hipótese H_1 , em que se espera que empresas de introdução tem menor índice de parcelamento tributário. Assim com, para hipótese H_2 , em que empresas com turbulência e declínio tem maior índice de parcelamento tributário.

Para testar essas hipóteses, foi utilizada a regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com erros padrão robustos. Os resultados encontrados não rejeitam as hipóteses H_1 e H_2 , pois destacam-se com níveis de significância de 5%. Para melhor visualização dos resultados, apresenta-se a Tabela 6.

Tabela 6 - Inferências estatísticas ao parcelamento tributário

Parcelamento Tributário	coeficiente	Desvio Padrão	t	P> t	[95% conf, interval]	
Ciclo e vida:						
Introdução	1,277798	0,3548205	3,60	0,000	0,5808616	1,974734
Crescimento						
Maturidade	-0,1546253	0,1892678	-0,82	0,414	-0,526384	0,2171334
Turbulência	1,398365	0,5953054	2,35	0,019	0,2290693	2,56766
Declínio	1,010418	0,4484383	2,25	0,025	0,1295978	1,891238
Tamanho (TAM)	0,3191269	0,0577704	5,52	0,000	0,2056545	0,4325992
Rentabilidade (ROA)	0,0017517	0,4219564	0,00	0,997	-0,8270524	0,8305559
Alavancagem (LEV)	0,4178174	0,3462327	1,21	0,228	-0,2622508	1,097886
Liquidez corrente (LC)	-0,0018406	0,0001684	-10,93	0,000	-0,0021714	-0,0015097
Crescimento (GROWTH)	0,0136779	0,003846	3,56	0,000	0,0061236	0,0212321
Ano						
2018						
2019	0,0353842	0,3187137	0,11	0,912	-0,5906314	0,6613997
2020	0,0324767	0,2982818	0,11	0,913	-0,5534068	0,6183601
2021	0,1162191	0,3155215	0,37	0,713	-0,5035263	0,7359645
2022	0,0392214	0,2985275	0,13	0,896	0,5471446	0,6255873
2023	-0,0402152	0,3077013	-0,13	0,896	-0,6446002	0,5641699
cons	4,636993	0,8378878	5,53	0,000	2,991219	6,282768

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base nos dados obtidos na tabela 6, percebe – se que a hipótese H1 que diz que empresas na fase de introdução têm menor índice de parcelamento tributário foi contrariada pois o coeficiente positivo de 1,277798 e altamente significativo ($p < 0,000$) demonstrou que empresas novas estão recorrendo mais ao parcelamento tributário, talvez para gerenciar seu fluxo de caixa durante a fase inicial. Esse resultado vai de encontro com o que sugeriu o estudo de Dickinson (2011), em que empresas em estágios iniciais podem enfrentar dificuldades de fluxo de caixa. Isso pode explicar por que as empresas em fase de introdução recorrem mais ao parcelamento tributário como uma forma de gerenciamento de caixa.

Já em relação a H2: empresas com turbulência e declínio tem maior índice de parcelamento tributário, o teste mostrou que a hipótese é verdadeira e os estágios de turbulência e declínio apresentaram coeficientes positivos e significativos, evidenciando que empresas que se encontram nesses estágios tem um maior volume de parcelamento tributário. Nos estágios

de turbulência (adolescência ou rejuvenescimento) e declínio, as empresas enfrentam desafios significativos que podem incluir perda de mercado, diminuição de receita e dificuldades operacionais.

Esse resultado vai de encontro com o estudo de Campagnoni e Ruiz (2020) sobre as características das empresas que aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) no Brasil. Ele revela que as empresas em situação de turbulência ou declínio têm maior propensão a buscar parcelamento tributário. Esses achados sugerem que a adesão a programas de parcelamento pode estar associada não apenas a dificuldades financeiras, mas também a estratégias de planejamento financeiro e influências externas. Tal evidência reforça a hipótese de que empresas em fases críticas possuem um maior índice de parcelamento tributário, alinhando-se aos resultados empíricos apresentados.

De acordo com Adizes (1979) empresas na fase de declínio frequentemente lidam com burocracia e ineficiência, o que pode resultar em problemas financeiros, incluindo inadimplência fiscal e necessidade de parcelamento tributário.

Lester, Parnell e Carraher (2003) afirmam que durante a maturidade e o declínio, as empresas podem enfrentar estagnação ou retrocesso no desempenho, aumentando a probabilidade de problemas de fluxo de caixa e, portanto, a necessidade de parcelamento tributário.

Quadro 4 - Resumo da Hipóteses

Hipótese	Descrição	Resultado	Referências da Literatura
H1	Empresas na fase de introdução têm menor índice de parcelamento tributário.	Contrariada. Coeficiente positivo e significativo (1,277798, $p < 0,000$).	Estudos de Dickinson (2011) sugerem que empresas em estágios iniciais enfrentam dificuldades de fluxo de caixa. Estudos de Campagnoni e Ruiz (2020) mostram que empresas em situação de turbulência ou declínio têm maior propensão a buscar parcelamento tributário.
H2	Empresas nos estágios de turbulência e declínio têm maior índice de parcelamento tributário.	Verdadeira. Coeficientes positivos e significativos.	Para Adizes (1990) empresas em fase de declínio enfrentam burocracia e ineficiência, resultando em problemas financeiros como a inadimplência fiscal, recorrendo a parcelamento. Lester e Parnell afirmam que empresas maduras e em declínio enfrentam estagnação ou retrocesso em seu desempenho gerando problemas de fluxo de caixa e conseqüentemente necessidade de parcelamento tributário.

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar a relação entre os estágios do ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários das empresas listadas na B3 S/A no período de 2018 a 2023.

O objetivo geral e os objetivos específicos dessa pesquisa foram alcançados ao verificar a relação entre o ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários, através da identificação e classificação das empresas com parcelamentos tributários e seus estágios de ciclo de vida.

A hipótese H1 deste estudo foi contrariada indicando que empresas na fase de introdução tem um maior índice de parcelamento tributário, sugerindo que essas empresas utilizam o parcelamento tributário como forma de gerenciamento de fluxo de caixa. Este resultado está alinhado ao estudo apresentado do por Dickinson (2011), que demonstrou que empresas em estágios iniciais podem enfrentar dificuldades de fluxo de caixa.

Em relação à hipótese H2, que afirmava que empresas em estágios de turbulência e declínio têm maior índice de parcelamento tributário, o teste mostrou que a hipótese é verdadeira. Os estágios de turbulência e declínio apresentaram coeficientes positivos e significativos, evidenciando que empresas que se encontram nesses estágios têm um maior volume de parcelamento tributário. Isso sugere que essas empresas utilizam o parcelamento tributário como uma estratégia para gerenciar suas obrigações fiscais durante períodos de maior instabilidade financeira. Esse achado é suportado pelo estudo de Campagnoni e Ruiz (2020), que também revelou que empresas em situação de turbulência ou declínio tendem a buscar mais o parcelamento tributário, sugerindo que a adesão a programas de parcelamento pode estar associada a dificuldades financeiras e estratégias de planejamento financeiro

A confirmação dessas conclusões fortalece nossa compreensão sobre as estratégias financeiras adotadas pelas empresas em diferentes estágios de desenvolvimento. Observamos que o parcelamento tributário é utilizado como uma ferramenta para gerenciar a carga tributária e otimizar os fluxos de caixa, especialmente em fases mais complexas do ciclo de vida organizacional.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A análise foi conduzida durante o período da pandemia de Covid-19, que impactou significativamente a economia global e, por conseguinte, pode ter afetado o comportamento das empresas em relação ao parcelamento tributário de maneiras não previstas inicialmente. A pandemia pode ter

exacerbado a necessidade de parcelamento tributário, especialmente para empresas em estágio de introdução, turbulência e declínio, devido às pressões adicionais sobre o fluxo de caixa e incertezas econômicas. Essa limitação deve ser considerada ao interpretar os resultados e ao extrapolar os achados para períodos fora do contexto pandêmico.

Houve limitações relacionadas à disponibilidade e qualidade dos dados, já que a qualidade e a completude dos dados financeiros dependem das informações disponibilizadas pelas empresas na Economatica e na B3. Empresas que não divulgaram informações completas ou padronizadas foram excluídas da amostra, o que pode influenciar a representatividade dos resultados. Além disso, a complexidade na definição dos estágios do ciclo de vida organizacional e a falta de estudos prévios que correlacionassem diretamente o ciclo de vida organizacional com o parcelamento tributário também representam limitações importantes.

A falta de demonstrações financeiras padronizadas publicadas no site da B3 para algumas empresas pode ter impactado a abrangência e profundidade da análise. Apesar dessas limitações, este estudo contribui significativamente para o corpo de conhecimento existente, destacando a importância de considerar o contexto organizacional ao analisar as decisões financeiras das empresas. Outra limitação importante a ser destacada é a utilização de um único modelo de ciclo de vida na classificação dos estágios de ciclo de vida das empresas, trazendo uma única análise. Ao depender de apenas um modelo, pode-se incorrer em uma visão limitada e potencialmente enviesada das realidades enfrentadas pelas empresas em diferentes estágios. Cada modelo de ciclo de vida organizacional traz perspectivas e ênfases diferentes sobre os desafios e características das fases pelas quais uma organização passa. Ao limitar a análise a um único modelo, o estudo pode não capturar completamente a diversidade de experiências e estratégias que as empresas utilizam em diferentes contextos. Isso pode resultar em recomendações que não são universalmente aplicáveis ou que não consideram todas as nuances que diferentes modelos poderiam revelar.

O estudo oferece implicações práticas significativas para gestores e formuladores de políticas interessados na gestão tributária e no ciclo de vida das empresas. Entender a relação entre os estágios do ciclo de vida organizacional e os parcelamentos tributários ajuda no planejamento tributário eficiente, reduzindo inadimplência e evitando sanções fiscais. Além disso, proporciona uma tomada de decisões mais informada sobre a adesão a programas de parcelamento, considerando o estágio de vida da empresa.

A gestão de fluxo de caixa também é beneficiada, especialmente em períodos de turbulência ou declínio, ao utilizar parcelamentos tributários para financiar atividades empresariais e manter a sustentabilidade financeira. Empresas em estágios iniciais podem evitar armadilhas comuns relacionadas ao parcelamento tributário e focar em estratégias que promovam crescimento e estabilidade. Conhecendo os comportamentos típicos em diferentes estágios, as empresas podem antecipar problemas e tomar medidas proativas para minimizar riscos fiscais.

Além disso, formuladores de políticas podem desenvolver políticas fiscais ajustadas para atender às necessidades específicas das empresas em diferentes estágios do ciclo de vida, criando incentivos para empresas em fase de introdução ou ajustando os termos de parcelamento para empresas em declínio. O estudo também permite o *benchmarking* e a melhoria contínua, comparando dados próprios com os resultados da pesquisa para identificar áreas de melhoria e implementar práticas de gestão tributária eficazes observadas em outras empresas. Pesquisadores podem utilizar os resultados como base para estudos futuros que explorem mais a fundo a relação entre ciclo de vida organizacional e práticas de gestão financeira.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para acompanhar o comportamento das empresas ao longo de diferentes estágios do ciclo de vida e investigar mais a fundo os fatores que influenciam as decisões de parcelamento tributário. Utilizar outros modelos de ciclo de vida para obter uma visão mais abrangente, seria ideal considerar múltiplos modelos de ciclo de vida organizacional, comparando e contrastando seus achados para derivar uma compreensão mais completa das dinâmicas empresariais.

Em suma, este estudo fornece uma visão aprofundada sobre a relação entre ciclo de vida organizacional e parcelamentos tributários, destacando a importância de considerar o contexto organizacional ao analisar as estratégias financeiras das empresas.

REFERÊNCIAS

- ADIZES, I. **Os ciclos de vida das organizações: Como e Porque as Empresas Crescem e Morrem e O que Fazer a Respeito**, São Paulo: Ed.Pioneira Thomson, 1990.
- BAKER, D.; CULLEN, J. B. Administrative reorganization and Configurational context: The Contingent effects of age, size and change size. **Academy of Management Journal**, v. 36, n. 6, p. 1251-1277, dez. 1993.
- BISPO, J. S.; CALIJURI, M. S. S.; LIMA, I. S. A importância dos dados contábeis para a relação entre carga tributária, tamanho e setor econômico das empresas brasileiras. **Revista de Informação Contábil (UFPE)**, v. 3, p. 25-43, 2009.
- BORGES, S. R. P.; RECH, I. J. Efetividade dos parcelamentos fiscais para a solvência corporativa no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 14, n. 1, p. 72-89, 2021.
- BRASIL. **Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000**. Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis nos 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19964.htm. Acesso em: 23 maio 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017**. Institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113496.htm. Acesso em: 23 maio 2024.
- BONETTI, B. B.; THEISS, V.; DALCERO, K. Parcelamentos tributários e indicadores de rentabilidade futura das empresas brasileiras listadas na B3 S/A. In: **CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE**, 13., 2023, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2023. p. 1-15.
- CAMPAGNONI, Marcos Vinicius da Silva; RUIZ, Renato Garcia. Perfil das Empresas que Adotaram o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 60, n. 5, p. 455-469, 2020.
- CORREIA, R. B. Ciclo de vida organizacional: Análise dos modelos aplicados nas recentes pesquisas empíricas. **Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira**, v. 8, n. 1, p. 37-53, 2015.
- COSTA, W. B.; MACEDO, M. A. S.; YOKOYAMA, K. Y.; ALMEIDA, J. E. F. Análise dos Estágios do Ciclo de Vida das Companhias Abertas no Brasil: Um Estudo com Base em Variáveis Contábil-Financeiras. **Revista Brasileira de Negócios**, v. 14, n. 3, p. 311-322, 2017.

DICKINSON, V. Cash Flow Patterns as a Proxy for Firm Life Cycle. **The Accounting Review**, v. 86, n. 6, p. 1969-1994, 1 jul. 2011.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.

KLANN, R. C.; KLANN, P. A.; POSTAI, K. R.; RIBEIRO, M. J. Relação entre o ciclo de vida organizacional e o planejamento em empresas metalúrgicas do município de Brusque-SC. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 16, p. 119-142, 2012.

LESTER, D. L.; PARNELL, J. A.; CARRAHER, S. M. Ciclo de vida organizacional: uma escala empírica de cinco estágios. **Jornal Internacional de Análise Organizacional**, v. 11, n. 4, p. 339-356, 2003.

LIMA, Emanuel Marcos; LIMA, Jessica de Moraes. Incentivo público às empresas para utilizarem os tributos como estrutura de capital. **Revista Foco**, Curitiba, v. 15, n. 3, p. 01-22, 14 out. 2022.

LIMA, Bruno Rodrigues Teixeira de; WILBERT, Marcelo Driemeyer; SERRANO, André Luiz Marques. **Parcelamento de tributos federais como forma de financiamento indireto**. Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 1079-1108, 13 dez. 2017. Universidade do Oeste de Santa Catarina.

MARQUES, Vagner Antônio; CAMPOS, Beatriz da Silva; ALENCASTRE, Barbara Zanoni; LOUZADA, Luiz Cláudio; MARTINEZ, Antônio Lopo. **Agressividade tributária, estágios do ciclo de vida e nível de investimentos: uma análise do efeito moderador em empresas listadas na b3**. Contabilidade Vista & Revista, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 57-83, 13 set. 2022. Contabilidade Vista e Revista.

MARINHO, L. L. S.; MACHADO, L. S. Parcelamento tributário como determinante da agressividade fiscal em empresas brasileiras abertas. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 34, n. 93, p.1754. 2023.

PEREIRA BORGES, Sabrina Rafaela; RECH, Ilírio José; PEREIRA, Ivone Vieira. Estrategiando as Anistias Fiscais: um olhar dos programas de regularização tributária como fonte de liquidez e rentabilidade para as corporações. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 24, n. 57, p. 15-31, jan./abr. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com>. Acesso em: 27 maio 2024.

SAKAUE, Jéssica Tiemi; OLIVEIRA, Edson Freitas de. **Parcelamento de débitos tributários das empresas**. In: ETIC - encontro de iniciação científica, 8., 2012, Presidente Prudente. [s.i]. Presidente Prudente: [S.I], 2012. p. 1-29.

SILVA, José Marcos da. **A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário**. 2016. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade, Universidade São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

SILVA SOBRINHO, Henrique da. **O impacto dos parcelamentos fiscais nos gastos com educação no Brasil: análise dos parcelamentos fiscais entre 2008 e 2017**. 2018. 28 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SILVA, L. A. N.; SILVA NETO, L. M.; COSTA FILHO, F. C.; PAIVA, L. E. B. Ciclo de Vida Organizacional e Desempenho Financeiro: Análise das Empresas de Consumo Cíclico. **Desafio Online**, v. 12, n. 2, p. 1-23, 2024.

TEIXEIRA, André Luiz da Silva; VIEIRA, Renata Guimarães; RAPINI, Márcia Siqueira. **Tipo de financiamento, grau de novidade da inovação e tamanho de empresa: uma análise a partir da pintec**. Blucher Engineering Proceedings. *In*: 1º Encontro da Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. Atlas S.A, 2ª ed., p. 45, 1998.

VIANA, R. K. T.; CAMPAGNONI, M.; ESTEVES, H. S. Parcelamento tributário no Brasil: quem se beneficia? **Revista GeSec**, v. 14, n. 1, p. 855-878, 2023.

VICTOR, Fernanda Gomes; CARPIO, Graciela Beatriz; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. Ciclo de vida das companhias abertas brasileiras como determinante de sua estrutura de capital. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 14, n. 1, p. 50-71, 2018.

WATTS, R. L. ZIMMERMAN L. J. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.